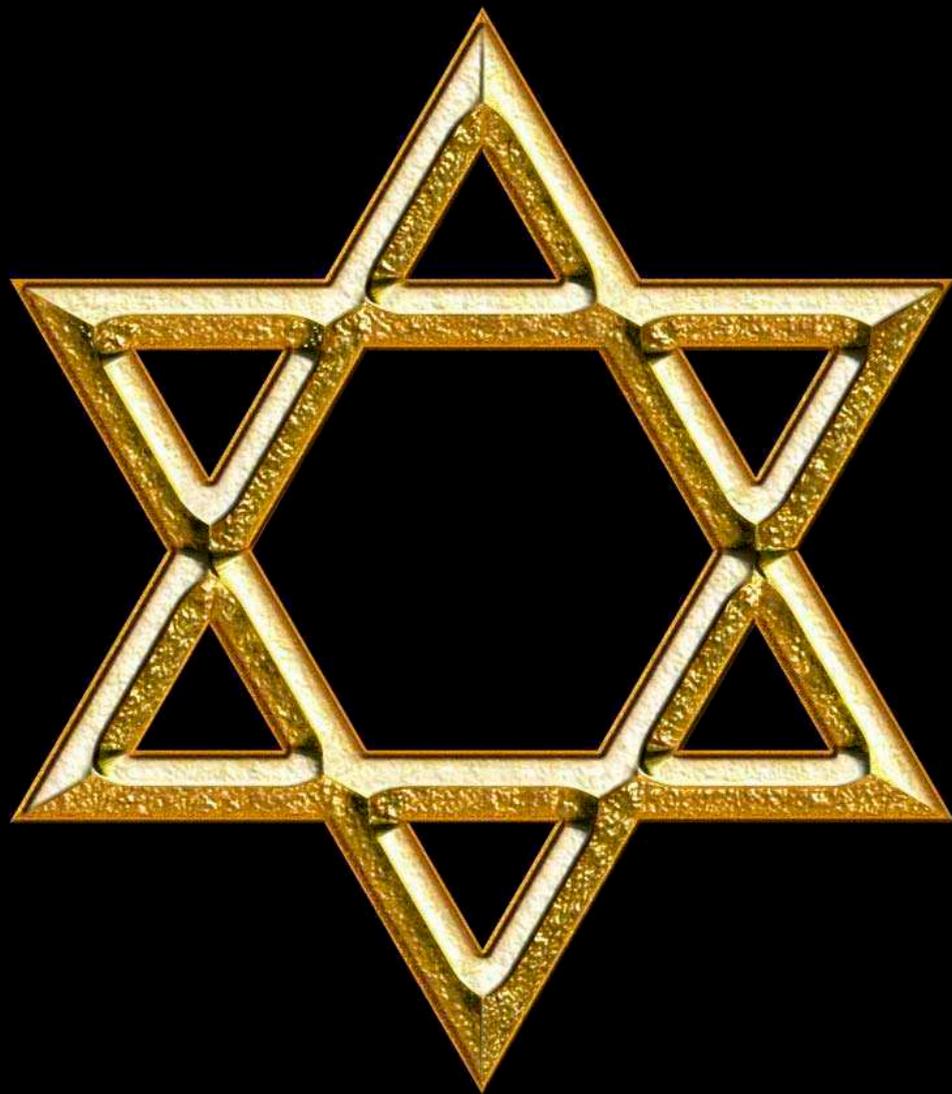


# JUDEUS, JUDIARIAS E CRISTÃOS-NOVOS NA BEIRA INTERIOR



2014

<b>Judeus e cristãos-novos, em terras da Beira</b> .....	9
<i>Antonieta Garcia</i>	
<b>Judeus, Criptojudeus e Cristãos-novos: Arquitetura Doméstica na Raia Quinhentista</b> .....	35
<i>José da Conceição Afonso</i>	
<b>Judeus e Cristãos-novos em terras de Almeida</b> .....	63
<i>Adriano Vasco Rodrigues</i>	
<b>A Presença Judaica em Belmonte</b> .....	69
<i>Elisabete Robalo</i>	
<b>Resenha dos aspetos mais relevantes sobre a Judiaria de Castelo Branco</b> .....	75
<i>José da Conceição Afonso</i>	
<b>Judeus e Cristãos-novos no Concelho de Celorico da Beira</b> .....	87
<i>António Marques   Ivo Borrego</i>	
<b>A Judiaria da Covilhã</b> .....	93
<i>André Veiga   Carlos Madaleno</i>	
<b>A Presença Judaica em Castelo Rodrigo (Figueira de Castelo Rodrigo)</b> .....	99
<i>Miguel Torres</i>	
<b>O Património Judaico do Fundão. Visibilidades e invisibilidades no poliedro da memória local</b> .....	111
<i>Pedro Miguel Salvado   Ana Cunha</i>	
<b>Legado Judaico em Gouveia</b> .....	119
<i>João Rebocho</i>	
<b>A Judiaria Medieval da Guarda, um caso singular?</b> .....	123
<i>Rita Costa Gomes</i>	
<b>Estudo de vestígios de uma presença judaica e/ou cristã-nova na vila de Manteigas</b> .....	133
<i>Patrícia Cunha   Patrícia Martins</i>	
<b>História e Presença de Judeus no Concelho de Mêda. Contributos para o seu estudo</b> .....	139
<i>João Paulo Azevedo</i>	
<b>Herança Judaica em Penamacor</b> .....	143
<i>António Cabanas   Laurinda Mendes   Joaquim Nabais</i>	
<b>Os Marranos em Pinhel... contributo para a sua História</b> .....	147
<i>Estela Simões   Fernanda Pires   Francisco Afonso   Laurindo Monteiro</i>	
<b>A Judiaria do Sabugal</b> .....	153
<i>Jorge Martins</i>	
<b>Sobre as marcas cruciformes do Concelho do Sabugal</b> .....	157
<i>Marcos Osório</i>	
<b>A Presença Judaica em Seia</b> .....	167
<i>Filomena Carvalho</i>	
<b>Judeus e cristãos-novos de Trancoso - História e Património</b> .....	175
<i>Carla Alexandra Gaspar dos Santos</i>	
<b>Judeus e Cristãos-Novos em Vila Nova de Foz Côa</b> .....	199
<i>Aida Maria Oliveira Carvalho</i>	
<b>Memórias Judaicas em Portugal</b> .....	207
<i>Rabino Elisha Salas</i>	
<b>Glossário</b> .....	220
<b>Bibliografia</b> .....	223
<b>Notas</b> .....	230



## **Judeus e Cristãos-novos no Concelho de Celorico da Beira**

*António Marques | Ivo Borrego*  
Câmara Municipal de Celorico da Beira

O atual território de Celorico da Beira resulta da fusão dos concelhos de Celorico da Beira e de Linhares da Beira, concretizada durante a reforma administrativa desenvolvida durante as reformas liberais, no século XIX. Já a origem de ambos os concelhos está intrinsecamente ligada à fundação e à afirmação do Reino de Portugal, remontando aos meados do século XII.

Nos primeiros decénios da sua existência, estes terão estado vocacionados para a defesa das linhas de fronteira e para a fixação de população, promovida através da doação de Cartas de Foral<sup>166</sup> pelos monarcas. Já em meados do século XIII, numa fase de consolidação dos mesmos, verifica-se uma política de incentivo económico, através da criação de diversas feiras na região, como é o caso da Carta de Feira doada a Celorico da Beira, em 1287, pelo rei D. Dinis<sup>167</sup>.

O excelente posicionamento geográfico, aliado à existência de importantes vias de comunicação e ao fomento económico promovido pela coroa, promoveram, certamente, a chegada de comerciantes, dos quais alguns seriam judeus. Assim, verifica-se a instalação de comunidades judaicas em vários locais da região durante o século XIV, encontrando-se as mais significativas na Guarda (esta datada do século XIII), Trancoso, Viseu, Castelo Rodrigo, Belmonte, Sabugal, Monforte e Castelo Branco<sup>168</sup>.

Relativamente à presença judaica no atual concelho de Celorico da Beira, esta apenas se terá desenvolvido durante o século XV, período em que, também, se terão fixado outras comunidades em localidades como Lamego, S. João da Pesqueira, Penela, Marialva, Pinhel, Melo, Freixedas, Almeida, Alverca da Beira, Gouveia, entre outras<sup>169</sup>.

A importância da comunidade judaica de Celorico e o aumento do seu número de membros ocorrerá, igualmente,

durante o século XV, beneficiando, tal como as restantes regiões fronteiriças de Portugal, das perseguições e da posterior expulsão dos judeus de Espanha. Desta forma, Isaura Miguel<sup>170</sup> refere que seriam *no início poucas dezenas de judeus, Celorico da Beira chegou no final do século XV a ter uma população de 150 a 200 famílias*. Segundo os registos, as localidades de Celorico e de Linhares também terão beneficiado destes fluxos populacionais, pois, entre finais do século XV e os primeiros decénios do século XVI, o número de fogos aumentou consideravelmente. Efetivamente, se em 1496 (Inquéritos de D. Manuel I), Celorico e Linhares possuíam 563 e 608 fogos respetivamente, isto é, entre 1970 e 2815 habitantes no caso de Celorico e entre 2128 e 3040 habitantes no caso de Linhares, no espaço de trinta anos o número de fogos e habitantes subiu exponencialmente, pois, em 1527 (Cadastró da População do Reino), Celorico possuía 1164 fogos, o que deveria corresponder entre 4074 e 5820 habitantes e Linhares possuía 1006 fogos, correspondendo a 3521 e 5030 habitantes<sup>171</sup>.

Os judeus que viviam em Celorico, em meados do século XV, dedicavam-se sobretudo aos mesteres artesanais, onde as atividades de sapateiro (10), alfaiate (8) e tecelão (5) eram as que detinham maior representatividade. Existem, porém, referências a outras atividades profissionais como: ferreiro (1), carvoeiro (1), tendeiro (1) e cirurgião (1)<sup>172</sup>. Outra particularidade desta pequena comunidade, que em meados do século XV vivia em Celorico<sup>173</sup>, residia nos nomes próprios dos seus membros, sendo José, Moisés e Isaac os mais comuns, existindo ainda outros como Jacob, Judas, Faram, Menaém e Samuel.

O estudo antroponímico dos sobrenomes permite estabelecer algumas relações familiares entre os judeus de Celorico e os que viveriam noutras comunidades vizinhas, como na Guarda, Covilhã ou Lamego<sup>174</sup>, apresentando, como exemplo, o caso da família Adida.

Outro dos desafios que envolvem os estudos sobre as antigas comunidades judaicas prende-se com a localização da judiaria, ou espaço existente no interior da malha urbana de cada localidade, que se encontrava restringido à população de origem judaica. Aparentemente, tanto em Celorico como em Linhares existiam espaços destinados aos judeus ou às judiarias. Em Celorico da Beira conhece-se a existência deste espaço através de uma carta de D. Manuel I, datada de 27 de novembro de 1497, ou seja, cerca de um ano depois da publicação do édito de 1496. A carta procurava ressarcir D. Diogo da Silva Meneses, 1.º Conde de Portalegre, em 10.000 reais, valor da renda anual que a Juidiaria de Celorico tinha de pagar a este nobre. O monarca ordenou que a mesma quantia lhe fosse entregue, através da retirada desse valor das sisas de Celorico<sup>175</sup>.



Fotografia aérea da Vila de Celorico da Beira

Quanto à localização da Judiaria de Celorico, segundo os historiadores Ramos de Oliveira<sup>176</sup> e Adriano Vasco Rodrigues<sup>177</sup>, situar-se-ia na zona do matadouro. Os argumentos usados na defesa desta localização têm por base o facto de esta área se situar numa zona mais reservada do antigo núcleo urbano de Celorico e, também, à semelhança do que se verifica na Judiaria da Guarda, que também se localizava nas proximidades do açougue.

Todavia, alguns anos mais tarde, Ramos de Oliveira defende outra localização para a Judiaria de Celorico. Segundo o autor *A comuna de Celorico devia localizar-se na Rua Nova, a mais comercial de então. Reforçamos esta nossa opinião com os portais que ainda se notam nos velhos prédios quinhentistas e no exemplo de outras terras, como Viseu, que também os albergava na Rua Nova, Torres Novas, na antiga Rua Nova, Lamego, Rua Nova*<sup>178</sup>.



Fotografia aérea de Celorico da Beira

Na realidade, desconhecem-se, até ao momento, documentos ou evidências arqueológicas que nos indiquem, com precisão, a localização da judiaria de Celorico. Contudo, não nos parece verossímil que a judiaria se localizasse na “Rua Nova”, pois essa rua corresponde à atual Rua Fernão Pacheco e foi, até meados do século XIX, o principal eixo de circulação no interior do núcleo urbano de Celorico. Já a localização na área do antigo matadouro parece-nos ser mais plausível, isto porque, apesar de possuir uma localização discreta, situa-se nas proximidades do Largo 5 de Outubro<sup>179</sup>, local nevrálgico da atividade económica, política e social, de Celorico da Beira, durante a época medieval e grande parte do período moderno.

Outro facto que poderá avaliar essa localização pode ser a proximidade deste espaço com uma antiga via de comunicação, situada a cerca de 200 metros a norte. Esta antiga via, cuja origem pode remontar à época romana e da qual ainda se conservam alguns pequenos troços nas imediações de Celorico (Lavandeira e Chafariz Insouço), permitiria aceder, para nascente, à cidade da Guarda e, para poente, a Trancoso.

Celorico da Beira, aparentemente, nunca terá tido um perímetro amuralhado que circunscreve-se o núcleo urbano<sup>180</sup>, como se verificou em localidades vizinhas como Trancoso e Guarda, e com isso restringir e isolar as minorias a um determinado espaço. Deste modo, a área do antigo matadouro pode ter sido a opção ideal, pela localização discreta e com



“Casa do Judeu”

acessos que não interfeririam com a restante comunidade cristã.

Relativamente à Judiaria de Linhares, é também através da documentação escrita que se conhece a sua existência, pois, no Livro de Tenças de D. João III (1523), é referido que *a Francisco d’Almeida fidalgo lhe dom Antõnyo deu seu assentamento pollo castello de Linhares, 97.225 reis. – E a elle mais pela judaria de Linhares em quanto for merce del Rei nas geraees, 5000*<sup>181</sup>. Verifica-se, assim, que a Judiaria de Linhares rende 5.000 reis ao fidalgo Francisco de Almeida. A existência deste documento confirma não só a sua presença, como revela também que cerca de vinte e sete anos depois do Édito de D. Manuel I (1496), continuaria a existir? É de referir que na microtoponímia o local continua a ser conhecido como “Judiaria”.

Já em Linhares, a judiaria localizar-se-ia no interior do burgo e, contrariamente ao que se verificou em Celorico, persistem na memória coletiva e na microtoponímia remanescências da presença desta comunidade, assim, continua a ser designada de “Casa do Judeu” um dos mais imponentes e emblemáticos edifícios quinhentistas da Rua Direita.

Esta habitação possui uma passagem que, segundo Adriano Vasco Rodrigues, foi adulterada (tendo a porta original de traça gótica sido transformada numa porta de arco abatido, ao lado de uma janela manuelina) e seria neste local a entrada para a rua da Judiaria medieval<sup>182</sup>. Desta forma, a área da judiaria de Linhares circunscrever-se-ia, muito provavelmente, em torno da atual Rua do Passadiço e do atual Largo de São Pedro.

Tal como se verificaria em Celorico, a Judiaria de Linhares não estaria confinada a um espaço fechado, pois, também, aqui nunca terá existido um recinto amuralhado em torno do núcleo urbano. Provavelmente, a única separação física entre a judiaria e o restante núcleo seria efetuada na zona da Rua Direita, através do condicionamento de circulação efetuado na área da porta, onde ainda hoje existe o arco abatido. Este facto é da maior importância, já que permitiria condicionar a circulação da comunidade judaica, em determinados períodos do dia, para o restante núcleo urbano, nomeadamente para aquela que terá sido a principal artéria de circulação.



Fotografia aérea de Linhares da Beira

Apesar desta implantação na malha urbana não ser tão discreta como aquela que se verificaria em Celorico, ambas as judiarias teriam como semelhança a passagem de uma via de comunicação nas suas proximidades. No caso da Judiaria de Linhares, essa proximidade seria ainda maior, distanciando-se apenas cerca de 100 m. A via de comunicação que passava por Linhares era de grande importância, pois possibilitava a transposição da Serra da Estrela, encurtando substancialmente a distância entre as vertentes noroeste e nordeste da mesma.

Devido ao Édito de Expulsão de 1496, o final do século XV e início do século seguinte significou, para toda a comunidade judaica de Portugal, a conversão forçada ao cristianismo, ou o abandono do reino. Como em todo o reino, também aqui uns terão fugido, enquanto outros se terão convertido, embora aparentemente, ao cristianismo, dissimulando publicamente o seu credo, mas permanecendo na intimidade fiéis à religião judaica.

A intolerância e o fanatismo religioso contra os recém-convertidos agudiza-se, sobretudo, após a instalação do Tribunal do Santo Ofício, no ano de 1536. Na região a perseguição religiosa terá começado a ganhar forma em 1543, ano em que a comunidade criptojudáica de Trancoso foi alvo de ataques<sup>183</sup>.

Com base nos processos da Inquisição do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), é possível efetuar um estudo sobre o número de pessoas que foram alvo da ação deste tribunal, durante os séculos XVI a XVIII. Relativamente ao atual concelho de Celorico, a perseguição religiosa tem início em 1544, ano em que há referência à instauração de um processo a Maria da Fonseca, acusada de judaísmo, que era natural de Celorico e vivia em Aveiro.

Numa análise mais pormenorizada, verifica-se que, durante o século XVI, foram quinze os processos instaurados, dos quais nove a mulheres e seis a homens. Todas as mulheres eram cristãs-novas e o crime mais comum, de que foram acusadas, é o de judaizar. Já nos homens, apenas um dos seis é referenciado como cristão-novo, sendo os restantes considerados cristãos-velhos. Os crimes mais comuns, entre estes, foram as proposições heréticas e os casos de bigamia.

Os processos constantes do ANTT permitem obter outras informações, tais como: compreender que os visados, na sua maioria, estavam associados a atividades comerciais, no caso dos homens diretamente através do exercício dessas profissões e, no caso das mulheres eram os pais e os maridos que as executavam. A análise dos processos inquisitoriais deixa ainda perceber que, durante todo o século XVI, existiria alguma preocupação com a moral, pois são vários os casos de cristãos-velhos condenados por crimes de bigamia e até um antigo Frade Franciscano foi condenado por fuga do convento e administração indevida de sacramentos. Este aspeto é cada vez menos recorrente nos séculos seguintes, onde a condenação de cristãos-velhos é cada vez menos representativa.

A opressão e o terror do Tribunal do Santo Ofício cresceram durante os séculos XVII e XVIII, existindo um aumento substancial das condenações. Assim, no decorrer do século XVII, foram cinquenta as condenações: vinte e sete mulheres, todas acusadas de judaísmo, e vinte e três homens, dos quais apenas um não foi acusado de judaísmo, mas sim de bigamia.

No concelho de Celorico, o século XVIII revelou-se como o mais devastador em número de condenações, totalizando cinquenta e quatro casos. Pela primeira vez, o número de condenações de homens (trinta) supera as condenações de mulheres (vinte e quatro). Destes casos, apenas dois não são referentes a judaísmo, correspondendo a condenações por prática de bigamia e blasfémias.

O dia a dia do Portugal Moderno era, certamente, vivido em clima de grande angústia e medo. Aparentemente, ninguém se encontrava a salvo das malhas da Inquisição, nem mesmo os membros do clero. Neste caso particular, é de destacar os casos de António Botelho e Pêro de Figueiredo, ambos padres na aldeia da Carrapichana. O primeiro, em 1613, é acusado do crime de judaísmo e o segundo, em 1636, é acusado de impedir o reto ministério do Santo Ofício (este é um exemplo paradigmático de que no funcionamento do Tribunal do Santo Ofício *não se olham a meios para atingir os fins*, nem que para tal se tenha de acusar e condenar um membro do clero local).

A alguns dos condenados foram aplicadas as sentenças mais vis a que o Tribunal do Santo Ofício sujeitava os seus prisioneiros, a morte através do fogo, ou segundo a terminologia usada *relaxados ao braço secular*.

Durante o funcionamento da Inquisição em Portugal foram instaurados mais de 40.000 processos, dos quais cerca de 2.000 terminaram com a condenação à morte<sup>184</sup>. Em Celorico conhecem-se três casos<sup>185</sup>. Todas as condenações à morte foram instruídas no Tribunal do Santo Ofício de Lisboa. Outra das conclusões que é possível retirar da análise destes processos, é a de que as penas aplicadas foram bastante mais duras no Tribunal do Santo Ofício de Lisboa do que no de Coimbra.

As fontes documentais permitem concluir que as perseguições e detenções ocorreram não só em Celorico e Linhares, mas também nas aldeias do concelho, como por exemplo, Carrapichana, Mesquitela, Prados, Ratoeira, Vide e Maçal do Chão. Os processos instaurados evidenciam, também, alguns movimentos populacionais, nomeadamente, o local de permanência dos citados nos autos aquando da sua detenção, que era na maior parte dos casos, na terra onde nascera ou nas suas proximidades, verificando-se algumas deslocações, normalmente, da aldeia para a sede de concelho. Estes permitem, também, verificar como naturais do concelho de Celorico se deslocaram para terras como Trancoso e Covilhã. Nalguns casos, embora mais raros, as movimentações realizadas são para destinos mais longínquos como Cidade Rodrigo e Medina del Campo (Espanha) ou mesmo movimentações transcontinentais como é o caso do Rio de Janeiro (Brasil).

## As Personalidades

Também na comunidade cristã-nova de Celorico da Beira se destacaram algumas personalidades, não só pelos cargos desempenhados, mas também pela grandeza intelectual. Uma dessas figuras foi a do médico Fernando Cardoso, mais tarde conhecido por **Isaac Cardoso**, que chegou a ocupar o cargo de físico-mor do rei Filipe III.

Outros vultos nascidos em Celorico foram: **Miguel da Silveira**, professor de Filosofia, de Jurisprudência, de Medicina e de Matemática na Corte de Madrid; **Rodrigo Mendes da Silva**, cronista-mor do rei Filipe III, autor de diversas obras entre as quais: *Plobación General de España*, é-lhe ainda atribuída a redação de um *Tratado Histórico sobre Celorico da Beira*, obra apenas manuscrita e que se terá extraviado<sup>186</sup>.

A história sobre o que foi e o que representou a presença judaica e, posteriormente, a comunidade de cristãos-novos, no atual concelho de Celorico da Beira, encontra-se ainda numa fase de estudo bastante incipiente. Aliás, como na grande maioria das localidades da Beira Interior, o crescente interesse por esta temática tem permitido dar a conhecer uma faceta da História que, durante muitos anos, terá permanecido esquecida e até mesmo negligenciada.

O legado judaico foi muito importante no plano religioso, social e económico, influenciando de forma determinante a sociedade da época.

- MARQUES, Manuel, *Belmonte – Terras de Cabral*, 1.ª ed., Belmonte, Câmara Municipal de Belmonte, 2001.
- MARQUES, Manuel, *Concelho de Belmonte. Memória e História (Estudo Monográfico do Concelho de Belmonte)*, Belmonte, Câmara Municipal de Belmonte, 2001.
- NOGUEIRA, Cristina, *Monografia Histórica do Concelho de Belmonte – Novos Contributos*, Belmonte, Câmara Municipal de Belmonte, 2006.
- PONTE, Maria de La Salette da, “A Sinagoga de Tomar e os Descobrimentos”, *Atas do Simpósio Internacional - Os Judeus e os Descobrimentos*, Tomar, 1992.
- SCHWARZ, Samuel, *Inscrições Hebraicas em Portugal*, Lisboa, 1923.
- SILVA, Joaquim Candeias da, *Belmonte, Cabral e o Descobrimento do Brasil*, Belmonte, Câmara Municipal de Belmonte, Edição incluída nas Comemorações do V Centenário da Descoberta do Brasil, 2000.
- TAVARES, Joaquim Cardoso, MARQUES, Manuel, *Subsídios para uma monografia da Vila de Belmonte*, 3.ª ed., Belmonte, Câmara Municipal de Belmonte.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. I, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1982.
- TAVARES, Maria José Pimenta Ferro, *Os Judeus em Portugal no Século XV*, vol. II, Lisboa, I.N.I.C., 1982.

### Resenha dos aspetos mais relevantes sobre a Judiaria de Castelo Branco

- ANTT, *Chancelaria de D. João I*, livro I, fl. 38 v.
- ANTT, *Chancelaria de D. João II*, livro 14, fl. 6.
- ANTT, *Chancelaria de D. João II*, livro 14, fl. 6.
- ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 8, fl. 137 v.
- ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 8, fl. 137 v.
- ANTT, *Livro I da Beira*, fls 141 a 142 v.
- CARDOSO, José Ribeiro, *Castelo Branco e o seu Alfaz*, Castelo Branco, Ed. Autor, 1953.
- CASTELO BRANCO, Manuel da Silva, “Notas e Documentos para a História dos Judeus e Cristãos-Novos de Castelo Branco”, in *Revista de Estudos de Castelo Branco*, n.º 10, 1963.
- CASTELO BRANCO, Manuel da Silva, *Subsídios para o Estudo da Toponímia Albicastrense no Século XVI*.
- TARSÍCIO, P., “A Judiaria de Castelo Branco, Reconquista”, in *Fragmentos da História da Cidade*, 22/12/1973.
- [Http://jewishheritagefr.blogspot.pt/2008/05/elie-de-montalto.html](http://jewishheritagefr.blogspot.pt/2008/05/elie-de-montalto.html).
- [Http://lusotopia.no.sapo.pt/indexOPALatinaInquisicao.html](http://lusotopia.no.sapo.pt/indexOPALatinaInquisicao.html).

### Judeus e Cristãos-novos no Concelho de Celorico da Beira

- BETHENCOURT, Francisco, “A Inquisição”, *História Religiosa de Portugal*, Carlos Moreira de Azevedo (Dir.), vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, PIMENTA, Maria Cristina, “Celorico Medieval. Um Cruzamento de Homens e Bens na Paz e na Guerra”, *Celorico da Beira através da História*, Celorico da Beira, C. M. de Celorico da Beira/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009.
- MATTOSO, José, “A Monarquia Feudal (1096-1480)”, *História de Portugal*, vol. II, Edições Círculo de Leitores, 1993.
- MIGUEL, Isaura Luísa *Religião e vida social no espaço urbano: comunidades judaicas na Beira Interior em finais da Idade Média*. FLUL, Lisboa, 2007, in <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/401/1/19257>
- MONTEIRO, João Gouveia, *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média, presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Edições Colibri, FLUC, Lisboa, 1999.
- OLIVEIRA, Manuel Ramos, *Celorico da Beira e o seu Concelho através da História e Tradição*, 1ª ed., Celorico da Beira, C.M. de Celorico da Beira, 1939.
- OLIVEIRA, Manuel Ramos, *Celorico da Beira e o seu Concelho através da História e Tradição*, 2ª ed., Celorico da Beira, C.M. de Celorico da Beira, 1997.
- RODRIGUES, Adriano Vasco, *Celorico da Beira e Linhares. Monografia Histórica e Artística*, 2ª ed., Celorico da Beira, C.M. de Celorico da Beira, 1979.
- RODRIGUES, Adriano Vasco, *Celorico da Beira e Linhares. Monografia Histórica e Artística*, 2ª ed., Celorico da Beira, C.M. de Celorico da Beira, 1992.
- TAVARES, Maria José Ferro, “As comunidades judaicas das Beiras durante a Idade Média”, *Revista Altitude*, Ano II, 2ª série, n.º 4, Guarda, 1981.
- TTonline. Lisboa: Direção-Geral dos Arquivos, disponível em <http://ttonline.darq.gov.pt/>, consulta em março 2013.

### A Judiaria da Covilhã

- BARATA, José Reis, *Covilhã Nascimento Consolidação*, Aldeia Nova do Cabo, Edição TECNAT, 2006.
- CASTRO, José Osório Gama e, “Catálogo das igrejas, mosteiros e comendas do reino transcrito”, *Diocese e distrito da Guarda: série de apontamentos históricos e tradicionais*, Typ Universal, 1902.
- ELOY, Maria David, “Sussurros de Memória - genealogia da Família Estrela”, *Raízes e Memórias*, n.º 24, Lisboa, 2008.
- FERNANDES, Adelino Pais, *Concelho da Covilhã e Memórias Paroquiais de 1758*, Covilhã, 2000.
- GARCIA, Maria Antonieta, *Fios para um Roteiro Judaico na Covilhã*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2001.
- GOIS, Damião de, *Crónica do Felicíssimo Rei Don Manuel*, Coimbra, Edição da Universidade de Coimbra, 1926.
- GONÇALVES, Iria, “Físicos e Cirurgiões quatrocentistas – as cartas de exame”, *Do Tempo e da História*, I, Lisboa, 1965.
- JUMA, Imitiaz *A Medicina dos Descobrimentos*, Lisboa, Bristol-Myers Squibb, 1992.
- LE GOFF, Jacques, *As ordens mendicantes*, Lisboa, Terramar, 1996.
- KAYSERLING, Mayer, *Histórias dos Judeus em Portugal*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora.
- MALHEIROS, José (1992) - *Doutor Simão Pinheiro Mourão*, Almeida, 1971.
- Monumenta Hericina*, documento n.º 252, vol. 10, Coimbra, edição da Comissão Executiva das Comemorações do 5º centenário da morte do Infante D. Henrique, 1969.
- TAVARES, Maria José Ferro, *Os Judeus em Portugal no século XV*, vol. I, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1981.
- TAVARES, Maria José Ferro, *Os Judeus em Portugal no século XIV*, 2ª ed., Guimarães Editores, Lisboa, 2000.
- TAVARES, Maria José Ferro, “A judiaria da Covilhã”, *Monumentos*, n.º 29, Lisboa, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2009.
- TAVARES, Maria José Ferro, *As Judiarias de Portugal*, Lisboa, CTT, 2010.
- QUINTELLA, Arthur de Moura, *Subsídios para a Monografia da Covilhã*, 2ª ed., Covilhã, Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural da Covilhã, 1990.
- VITERBO, Sousa *Trabalhos náuticos dos portugueses nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, edição INCM, 1988.

- 132 - *In Arquiteturas do Xisto, FA/UTL*, p. 51.
- 133 - Agradeço à arqueóloga Carmen Ballesteros, minha saudosa amiga, a referência desta pedra.
- 134 - Foto in *Arquitetura Popular em Portugal* – AAP.
- 135 - Agradeço ao Arquitecto Latino Tavares a amabilidade pela cedência das imagens.
- 136 - *Inventário dos Processos da Inquisição de Coimbra (1541-1820)*, Leitura e introdução de Luiz de Bivar Guerra, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1972.
- 137 - *Idem*, p. 293.
- 138 - G. Matute y Luquin, *Colección de los autos generales y particulares de Fé, celebrados por el Tribunal de la Inquisición de Córdoba*, Córdoba, Ed. Córdoba, 1825 e, também, Cecil Roth, *Abraham Nuñez Bernal et autres martyrs contemporains de l'Inquisition*, Paris, Ed. H. Elias, 1936 e Michael Alpert, *Criptojudaismo e Inquisición en los Siglos XVII y XVIII: la ley en que quiere vivir y morir*, México, Ed. Ariel, 2001.
- 139 - Adriano Vasco Rodrigues, *Tesouros Artísticos de Portugal*, Lisboa, Ed. Reader's Digest, 1976.
- 140 - David Augusto Canelo, *Os últimos criptojudéus em Portugal*, 2ª ed., Belmonte, Edição do Autor com patrocínio da Câmara Municipal de Belmonte, 2001, p. 73.
- 141 - *Idem*, p. 74.
- 142 - *Idem*, p. 73; *Livro de Hababuc*, 2.20.
- 143 - *Idem*, p. 17.
- 144 - Da antiga muralha urbana medieval de Belmonte não há quaisquer vestígios, nem certezas acerca do seu traçado. No entanto, existem documentos que referem a sua existência (Manuel Marques, *Concelho de Belmonte. Memória e História*, Belmonte, Câmara Municipal de Belmonte, 2001, p. 96), dizendo que a igreja de S. Tiago se situava intramuros e que a de Sta. Maria ficava já extramuros. Segundo Manuel Marques (*idem*, p. 196), que tenta reconstruir o traçado da possível cerca urbana, esta aproveitaria o desnível natural do lado sul e leste. Entre a Rua da Fonte da Rosa e o castelo, associada à estrada medieval que está enterrada junto aos Chafarizes do Areal, poderia estar uma porta. Depois passaria cerca do cemitério velho, acima da Rua da Corredoura, incluía a igreja de S. Tiago e iria à torre que foi centro dos Paços do Concelho. Estaria aqui a porta da vila, perto ou encostada ao torreão da velha muralha.
- 145 - Manuel Marques, *op. cit.* p. 135.
- 146 - *Aldeias Históricas de Portugal*, 2000, p. 101.
- 147 - As imagens não referenciadas quanto à origem são do autor do texto.
- 148 - José Ribeiro Cardoso, *Castelo Branco e o seu Alfoz*, Ed. Autor, 1953, pp. 63-64.
- 149 - Manuel da Silva Castelo Branco, “Notas e Documentos Para a História dos Judeus e Cristãos-Novos de Castelo Branco”, in *Revista de Estudos de Castelo Branco*, n.º 10, 1963; Manuel da Silva Castelo Branco, *Subsídios para o Estudo da Toponímia Alcastrensê no Século XVI*, pp. 30-31.
- 150 - *Chancelaria de D. João I*, livro I, fl. 38 v., in ANTT (Doc. 2) e Manuel da Silva Castelo Branco, *op. cit.*, p. 7.
- 151 - *Idem*, fl. 126; *idem*, p. 8.
- 152 - *Idem*, fl. 71; *Ibidem*.
- 153 - *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 8, fl. 137 v. in ANTT; *Ibidem*.
- 154 - *Ibidem*; *Idem* p. 9.
- 155 - *Chancelaria de D. João II*, livro 14, fl. 6, in ANTT; *Ibidem*.
- 156 - *Chancelaria de D. Afonso V*, Livro 8, fl. 137 v., in ANTT
- 157 - *Chancelaria de D. João II*, livro 14, fl. 6, in ANTT; *Ibidem*.
- 158 - El-Rei D. João II.
- 159 - *Livro I da Beira*, fls 141 a 142 v. in ANTT (Doc.5); *Idem* p. 10.
- 160 - P. Tarsício, “A Judiaria de Castelo Branco, Reconquista”, in *Fragmentos da História da Cidade*, 22/12/1973, p. 9.
- 161 - Manuel da Silva Castelo Branco, *op. cit.*, p. 9.
- 162 - Imagem a partir de, Saúl Levi Mortera, *Tratado da Verdade da Lei de Moisés*, Edição Facsimilada, Coimbra, 1988.
- 163 - Tradução livre a partir de <http://jewishheritagefr.blogspot.pt/2008/05/elie-de-montalto.html>.
- 164 - [Http://lusotopia.no.sapo.pt/indexOPALatinaInquisicao.html](http://lusotopia.no.sapo.pt/indexOPALatinaInquisicao.html).
- 165 - A maquete foi elaborada pela Arquitecta Raquel Lourenço, no âmbito do Gabinete da Zona Histórica.
- 166 - A atribuição de Cartas de Foral na região ocorreu entre finais da década de 50 e 60 do século XII. Esta política de concessão de forais, conforme referencia José Mattoso (*A Monarquia Feudal (1096-1480)*, vol. II, Coleção História de Portugal, Edições Circulo de Leitores, 1993, p. 81), refere-se sobretudo a *concelhos situados perto da fronteira leonesa e que reproduz geralmente o modelo do de Salamanca. São todos não datados, exceto o de Linhares, concedido em 1169; devem ter sido outorgados em ocasiões muito próximas umas das outras... Beneficiaram as povoações fortificadas de Trancosa, Marialva, Aguiar da Beira, Celorico da Beira, Moreira de Rei, Linhares e Penela da Beira.*
- 167 - Helena da Cruz Coelho *et alii*, “Celorico Medieval. Um Cruzamento de Homens e Bens na Paz e na Guerra”, in *Celorico da Beira através da História*, Celorico da Beira, Câmara Municipal de Celorico da Beira/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009, p. 82.
- 168 - Maria José Ferro Tavares, “As comunidades judaicas das Beiras durante a Idade Média”, in *Revista Atitude*, Ano II, 2ª série, n.º 4, Guarda, 1981, p. 5.
- 169 - *Idem*, p. 6.
- 170 - Isaura Miguel, *Religião e vida social no espaço urbano: comunidades judaicas na Beira Interior em finais da Idade Média*. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, p. 23.
- 171 - Coelho *et alii*, *op. cit.*, pp. 74-75.
- 172 - Isaura Miguel, *op. cit.*, p. 115.
- 173 - Tavares reporta a existência de 37 famílias.
- 174 - *Idem*, pp.120 e 131.
- 175 - Manuel Ramos Oliveira, *Celorico da Beira e o seu Concelho - através da História e Tradição*, 1ª ed., Celorico da Beira, Câmara Municipal de Celorico da Beira, 1939, pp. 111-112. A sisa é um imposto que existiu em Portugal, pelo menos, desde o século XIV e era cobrado pelos concelhos sobre a transação de determinados bens para financiar gastos inesperados na gestão das câmaras. *Cfr Infopédia*.
- 176 - Manuel Ramos Oliveira, *op. cit.*, p. 11.
- 177 - Adriano Vasco Rodrigues, *Celorico da Beira e Linhares - Monografia Histórica e Artística*, 2ª ed., Celorico da Beira, C.M. de Celorico da Beira, 1979, p. 87.
- 178 - Manuel Ramos de Oliveira, *Celorico da Beira e o seu Concelho - através da História e Tradição*, 2ª ed., Celorico da Beira, C.M. de Celorico da Beira, 1997, p. 377.
- 179 - O atual Largo 5 de Outubro, situado junto à Igreja de Santa Maria (principal edifício religioso de Celorico), foi provavelmente o primeiro espaço público de Celorico da Beira. Neste local, realizou-se a feira de Celorico até finais do século XVIII, aqui se situava o Pelourinho Manuelino e foi aqui que, durante o século XVII, foi construído o antigo edifício da Câmara, talvez substituindo um anterior.
- 180 - Em Celorico aparentemente nunca existiu um pano de muralha que circunscreve-se todo o núcleo urbano. Porém, sabe-se da existência de uma barbacã (cf. João Gouveia Monteiro, *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média, presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Edições Colibri, FLUC, Lisboa, 1999, p. 87).
- 181 - Manuel Ramos de Oliveira, *op. cit.*, p. 239.
- 182 - Adriano Vasco Rodrigues, *op. cit.*, p. 95.
- 183 - Adriano Vasco Rodrigues, *op. cit.*, pp. 94-95.
- 184 - Cf. Francisco Bettencourt, “A Inquisição”, in *História Religiosa de Portugal*.
- 185 - Os três casos de condenações à morte pela Inquisição, no concelho de Celorico da Beira, dois são referentes a processos instaurados durante o século XVII: a primeira execução ocorreu no auto de fé 15/12/1647, tendo sido executado António Rodrigues do Castelo, Mercador, com 60 anos de idade e acusado de judaísmo. A segunda ocorreu cerca de 5 anos mais tarde (01/12/1652) e é referente a Beatriz Gomes, Tendeira, com 54 anos de idade e acusada de judaísmo. No século XVIII, durante o auto de fé de 04/11/1742, foi executado José da Costa de Carvalho, Mercador, com 27 de idade, acusado de judaísmo.
- 186 - Adriano Vasco Rodrigues, *op. cit.*, pp. 104-107.
- 187 - José Reis Barata, *Covilhã Nascimento Consolidação*, Aldeia Nova do Cabo, Edição TECNAT, 2006, p.193; Maria José Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no século XIV*, 2ª ed., Lisboa, Guimarães Editores, 2000, p. 103.
- 188 - Maria Antonieta Garcia, *Fios para um Roteiro Judaico na Covilhã*, Covilhã, Universidade da Beira Interior, 2001, p. 29.
- 189 - Arthur de Moura Quintella, *Subsídios para a Monografia da Covilhã*, 2ª ed., Covilhã, ed. da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural da Covilhã, 1990, p. 17.
- 190 - Maria José Ferro Tavares, “A judiaria da Covilhã”, *Monumentos*, n.º 29, Lisboa, ed. Inst. da Habitação e da Reabilitação Urbana, 2009, pp. 24-29.
- 191 - Maria José Ferro Tavares, *Os Judeus em Portugal no século XV*, vol. I, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1981, p. 73.
- 192 - Maria José Ferro Tavares, *As Judiarias de Portugal*, Lisboa, CTT, 2010, p. 108.
- 193 - Maria José Ferro Tavares, “A judiaria da Covilhã”, *op. cit.*, pp. 24-26.
- 194 - José Osório Gama e Castro, “Catálogo das igrejas, mosteiros e comendas do reino transcrito”, *Diocese e distrito da Guarda: serie de apontamentos históricos e tradicionais*, Typ Universal, 1902, pp. 504-516.
- 195 - Adelino Pais Fernandes, *Concelho da Covilhã e Memórias Pároquiais de 1758*, Covilhã, 2000, p. 73; Maria José Ferro Tavares, “A judiaria da Covilhã”, *op. cit.*, p. 27.
- 196 - Jacques Le Goff, *As ordens mendicantes*, Lisboa, Terramar, 1996, pp. 234-235.